

A EDIÇÃO DE LIVROS PARA A JUVENTUDE

JOSÉ OLIVEIRA

Proponho-me falar sobre a edição de livros em Portugal para infância e juventude. E proponho-me falar de um tema que é algo complicado, não intrinsecamente mas sobretudo pela falta de material de trabalho quantitativo para desenvolver uma análise.

Dispensar-me-ia de grandes prolegómenos sobre a problemática da leitura e da literacia em Portugal, mas gostaria, apenas para dar algum cenário àquilo que direi a seguir, de citar o inquérito aos hábitos de leitura de Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos. Sublinho que o universo deste inquérito era um universo de pessoas que sabem ler.

A leitura cumulativa, isto é, a leitura daqueles que lêem jornais, livros, revistas e que é, em princípio, a leitura daqueles que têm o hábito consolidado de leitura, abrange 40% dos leitores. A leitura parcelar, que é de apenas um destes meios e tende a ser sobretudo a de jornais e revistas (não sei se já alguma vez consultaram as estatísticas sobre os índices de leituras; o índice de leitura de revistas é altíssimo, o que nos leva a interrogar-nos sobre que tipo de revistas serão), abrange 45% dos leitores. Os que não são leitores — e estamos a falar de pessoas que sabem ler — são 14%. Ou seja, somando os alfabetizados que lêem pouco e os que não lêem, temos cerca de 60%. No que diz respeito à leitura de livros, 46% dos inquiridos diz que no

último ano não leu livro nenhum. Isto é para dar apenas o quadro do país em que nos encontramos.

Seguidamente queria apresentar-lhes alguns números sobre a edição em Portugal, fazendo de imediato uma ressalva: eu baseei-me nas estatísticas de edição publicadas ao longo dos anos pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros. Ora estas têm sobretudo o grande mérito de existir; são estatísticas que coligem dados de quem quer responder, e portanto são muito fálveis. Observando, por exemplo, as alterações de uns anos para outros, algumas são tão bruscas que nos levam a duvidar da inteira veracidade da recolha dos dados. Mas enfim, são as que existem. *A contrario sensu*, recordam-nos que não existem estatísticas oficiais, do Ministério da Cultura ou do Instituto Nacional de Estatística, que nos permitam debruçar-nos sobre esta matéria.

O primeiro dado que eu gostaria de apresentar é o total de títulos publicados em Portugal em 1998. (Observo entre parênteses que 1998 é o último ano de que há dados disponíveis.) Em 1998 foram editados 9196 títulos no total, incluindo todos os géneros literários e todos os tipos de livros, novidades e reedições. Isto representa em relação ao ano anterior um acréscimo de 10%. Os livros para crianças e jovens foram 1800, com um acréscimo de 37% em relação ao ano anterior (aqui está um dos tais dados que tomamos com algum grau de dúvida); estes 1800 livros para crianças e jovens representam 19% do número total de livros que se publicaram em Portugal. É uma percentagem bastante significativa, como vêem.

Há ao longo dos anos uma evolução dos livros para crianças e jovens que é bastante interessante. Pelo menos desde quando consegui recolher dados, há uma progressão constante, com pequenas variações de um ano para o outro, do número de títulos publicados. Em 1986 foram publicados 298 títulos; em 1998, portanto 12 anos depois, passou-se para 1800 títulos. Uma subida astronómica, mas que acompanha a tendência geral: em todas as categorias de livros tem havido um acréscimo do número de

títulos. Quanto à percentagem da literatura para crianças e jovens, temos observado subidas e descidas ao longo dos anos. Em 1986 era 10,9%; atingiu cerca de 16% em 1992; tornou a descer, e no ano de 1998 chegou a cerca de 20%. Também esta evolução vem confirmar uma presença constante e importante da literatura para crianças e jovens no conjunto dos títulos publicados.

Há um outro dado que é complementar deste e que é interessante também verificar: se o aumento do número de títulos é acompanhado de um acréscimo paralelo das tiragens. Em números absolutos é evidente que sim. Mas as tiragens não aumentam na mesma proporção que o número de títulos. Se no número de títulos se assiste a uma subida constante, nas tiragens médias (também com variações anuais) assiste-se a um fenómeno inverso: a tiragem média de livros para crianças e jovens era de 6572 em 1986, e em 1998 foi de 1819. Portanto há um acréscimo acentuado no número de títulos, mas baixa a tiragem de cada título. Como vos disse, isto tem que se tomar com algumas cautelas. Parece haver uma baixa da tiragem média, de 1997 para 1998, de 3600 para 1800 exemplares de tiragem média. Embora se admita que tenha havido uma baixa, é duvidoso que seja desta ordem.

Invoco aqui esta questão das tiragens médias por uma razão. É que o preço dos livros e a viabilidade da edição dos livros dependem das tiragens. Há custos fixos de edição que são amortizados por exemplar; portanto, quanto mais exemplares se fizerem mais baratos eles ficam e maior é a possibilidade de o editor ser ressarcido dos seus gastos e ter algum lucro.

Em 1998 o total das vendas de livros de todos os géneros foi de aproximadamente 58 milhões de contos, correspondendo aos livros para crianças e jovens cerca de 7,5 milhões de contos (cerca de 13%). É uma quantia bastante considerável, e houve no volume de vendas de livros para crianças e jovens um acréscimo de 8% em relação ao ano anterior (1997). Tendo em conta que a inflação deve estar nos 2% ou 3%, houve um acréscimo real das vendas, em dinheiro.

Se excluirmos o sector do livro escolar, que é uma coisa que distorce bastante as estatísticas, é interessante notar também que a literatura para crianças e jovens aparece constantemente em segundo lugar, logo a seguir à chamada a literatura geral, que inclui romance, teatro, poesia... Ou seja, também do ponto de vista económico é uma parcela ponderosa da edição.

Como eu disse, o sector da edição em 1998 vendeu 58 milhões de contos. Somando a parte do negócio de livros que está fora dos editores (as editoras vendem às distribuidoras, as distribuidoras vendem às livrarias e estas por sua vez vendem aos clientes finais), é um negócio que envolve 80 milhões de contos por ano, e que gera para o Estado uma receita fiscal de 4 milhões e meio de contos. São números muito significativos, e que nos levam entre outras coisas a pensar que é natural que também os editores — independentemente, como é evidente, do valor cultural dos livros — peçam ao Estado algum retorno em termos de resolução dos problemas do país.

Um outro aspecto interessante é a composição empresarial deste sector. No ano de 1998 estão recenseadas como editoras (editaram pelo menos um livro) cerca de 1200 entidades. Editoras sócias da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros foram 119. Mas, apesar do grande números de editoras, é um sector muito concentrado. No universo das 119 editoras, as três maiores venderam 31%, as dez maiores venderam 64% e as vinte e quatro maiores 82%. As restantes 95 editoras ficam com 18%.

Também a este propósito gostaria de falar de canais de venda. Este é um assunto particularmente obscuro: onde é que os livros se vendem. Os números disponíveis nos estudos publicados pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros não oferecem fiabilidade. É um dado evidente a entrada em força dos hipermercados e de outro tipo de grandes lojas como a Fnac. Estes dois tipos de lojas, hipermercados e Fnac, representam possivelmente 50% e 60% do mercado, e para algumas editoras até mais. Seja isso positivo ou negativo, é pelo menos

incontornável que uma parte substancial dos livros se vendem nos hipermercados. E devido à sua dimensão económica, os hipermercados têm uma capacidade de negociação fortíssima e impõem descontos que podem chegar a mais de 40% (a livraria normal, a pequena livraria, tem normalmente um desconto de 30%). O editor normalmente vende à distribuidora os livros com 50% de desconto; se a distribuidora os vai vender ao hipermercado com 42%, fica com uma margem muito curta para cobrir os seus encargos. Qual é o ponto a que eu quero chegar? Se por uma razão qualquer há um problema financeiro pelo meio, toda esta estrutura se arrisca a cair devido a esta concentração enorme do mercado num só canal.

Isto levanta o problema da cobertura do país com livrarias. Existe um programa específico patrocinado pelo Ministério da Economia e pelo Ministério da Cultura para a criação de livrarias, que tem dado alguns resultados mas pelos vistos ainda resultados insuficientes. Isto coloca-nos numa situação insólita em relação a países nossos parceiros na União Europeia, como a França e a Inglaterra, onde a venda em supermercados é muitíssimo mais reduzida do que em Portugal.

Um outro aspecto a referir é a percentagem de livros e autores portugueses e de traduções. Em 1998, dos 9196 títulos publicados, 61% são portugueses e 32% são traduções. É uma percentagem bastante elevada de traduções. Há um predomínio muito grande de traduções do inglês, seguidas pelo francês e pelo espanhol, mas a uma distância bastante grande.

Ora bem, depois de ter dito tanto, falta dizer ainda praticamente tudo. Explico-me melhor: nas estatísticas a literatura para crianças e jovens aparece agregada, mas os livros para crianças e jovens reproduzem praticamente todo o leque de assuntos do resto da literatura. Para crianças e jovens há romances, poesia, teatro, divulgação científica, livros ilustrados, etc., com a complicação adicional de que os livros para crianças e jovens têm uma grande diversificação etária. Neste sector particularmente complexo, os números que existem não estão de-

sagregados por géneros e por faixas etárias, como seria necessário.

Também não sabemos quantos livros para crianças e jovens são de autores portugueses e quantos são de autores estrangeiros, e destes quantos são ingleses, americanos, franceses, etc. Mas há aqui um dado que vale a pena referir. Há sensivelmente um ano, um estudioso francês que fez um trabalho de pós-graduação sobre o sector de livros para crianças e jovens em Portugal tirou uma conclusão a que eu, empiricamente como vos disse, já tinha também chegado: parece haver uma diferenciação de origem linguística que coincide com a diferenciação etária. Para as crianças muito pequenas, que lêem livros com ilustrações a cores, predominam as traduções; nos livros para leitores mais velhos, que lêem ficção (aventuras, romances, etc.), predominam os portugueses.

E há uma outra divisão que também se sobrepõe à divisão de origem linguística. É a divisão entre a ficção e a chamada não ficção, isto é, o livro de divulgação científica. E sobretudo o livro de divulgação científica que não é de ciências humanas. Sobre história, por exemplo, há coisas portuguesas. Mas quando estamos a falar de temáticas como a natureza, o universo, esses livros cartonados e ilustrados a cores que várias editoras publicam, esses livros são praticamente todos produzidos (e impressos) no estrangeiro. Já o livro de ficção é maioritariamente de autores portugueses.

A observação empírica nas livrarias indica que a maioria da literatura de ficção que se publica em Portugal para crianças e jovens é de autores portugueses, e isto tem várias razões e vários méritos. Porém, reverso da medalha, parece haver um défice de literatura para crianças e jovens de autores estrangeiros. E aqui cabe perguntar se vivermos isolados do exterior é realmente aquilo que nos convém. É evidente que tudo é uma questão de medida, mas é duvidoso que os nossos escritores e futuros escritores possam evoluir sem conhecerem o que se faz lá fora, e sem serem expostos a uma diversidade grande de es-

tilos e autores. O Harry Potter é uma excepção que confirma a regra, e há outras excepções, mas penso ser inquestionável que um défice de publicação de autores estrangeiros de ficção.

Inversamente, como eu já disse, a divulgação científica é praticamente toda de origem estrangeira. Não haveria aqui lugar a algum retorno daquele dinheiro que o Estado colhe do sector, no sentido da promoção, de prémios, de incentivos à edição de livros de divulgação científica portuguesa? Há certamente pessoas com os conhecimentos científicos necessários para falar aos nossos jovens quer das coisas que são iguais em qualquer parte do mundo quer, e sobretudo, daquilo que é especificamente nosso, por exemplo quanto à natureza, à fauna, etc.

Um outro sector que é também deficitário, como disse há pouco, é do livro muito ilustrado para crianças das primeiras idades, nomeadamente do pré-escolar, a que muitas vezes se chama *picture book*, segundo a designação inglesa. É evidente que aqui tem havido alguma evolução. Embora eu continue a pensar que há lugar a alguns estímulos, a verdade é que se há sector do livro para crianças e jovens em Portugal em que se observa nos últimos anos um fervilhar de renovação é na ilustração. O que não quer dizer que não sejam precisos incentivos, e alguns até já existem, nomeadamente o Prémio Nacional de Ilustração, que é atribuído conjuntamente pelo IPLB e pela APPLIJ. Lembraria o ilustrador que ganhou este ano o Prémio Nacional de Ilustração, o João Caetano, mas também, por exemplo, o José Miguel Ribeiro, o André Letria, a Teresa Lima, ou pessoas com uma carreira mais antiga como a Manuela Bacelar. O que é desejável é que as vendas permitam uma continuação da edição deste tipo de livros; fazem muita falta para o convívio precoce da criança com o livro, sendo um objecto que se partilha com afecto duma maneira que não se perde ao longo da vida.

Também não nos faltam escritores, isso é certo, e escritores que são reconhecidos pela generalidade da comunidade

nacional, nomeadamente da comunidade educativa. Mas há uma coisa que falta: falta um reconhecimento institucional, académico, da literatura infantil. Corrijam-me se estiver errado, mas penso que a literatura para crianças e jovens é encarada de modo utilitário. Ela é ensinada sobretudo em escolas superiores de educação ou em departamentos de formação de professores das universidades, e não é estudada como literatura. É algo que os alunos, que são os professores futuros, vão depois trabalhar com os miúdos. Acho isso óptimo e acho que seria lamentável que as pessoas que depois vão trabalhar com as crianças tivessem essa falta de formação, mas parece-me claro que falta em Portugal o ensino da literatura para crianças e jovens como *literatura*.

Quando se estudam os números da edição, há uma coisa sobretudo que falta: saber quantos dos 1800 títulos publicados é que são bons. Todos nós sabemos que muitos dos livros que são publicados são de uma qualidade duvidosa ou de uma qualidade às vezes não aceitável. Faltam esses estudos, mas se é possível ter algum apoio numérico, o meu foi o dos balanços do Centro Português da Associação Internacional de Estudos Literários, que todos os anos designa um pessoa para fazer o balanço literário do ano anterior.

Este é também um dos estrangulamentos da edição de livros para crianças e jovens. Existem disponíveis no mercado cerca de 4500 títulos para crianças e jovens; sendo muito menos que nos outros países, é ainda assim um número apreciável. Mas qual de nós conhece estes 4500 títulos? Quem nos informa sobre quais são os títulos que saem todos os anos? De que género são? Quais são os livros ilustrados para crianças de 4 anos que saem em Portugal todos os anos? Quais são os romances para jovens de 10 e 12 anos que se publicam em Portugal? Ora bem, de que fontes de informação dispomos? Praticamente a grande imprensa não fala disto; existe neste momento a revista *Malasartes*, que é uma boa revista mas claramente não basta. Há aqui um esforço grande a fazer.

Quando me propus falar da edição de livros para crianças e jovens em Portugal pretendi tirar alguma conclusão. Ou seja: há insuficiências que com mais ou menos certeza estão ou podem ser identificadas, há potencialidades que estão também reconhecidas, há muito a fazer e há quem o faça. Talvez falte é uma política coordenada mais agressiva, mais pró-activa de promoção do livro, uma política interministerial que possa, por exemplo, congrega esforços de dois ministérios que muitas vezes estão de costas voltadas, o ministério da Cultura e o da Educação.

O Estado tem o seu papel a desempenhar, um papel mais activo do que tem tido, e também as instituições, a escola, a família, todos têm um papel. Mas cada um de nós tem também um papel pessoal a desempenhar; cada um de nós pode influir, junto daqueles que nos estão próximos, de uma maneira que possivelmente mais nada nem ninguém pode fazer. É certo que às vezes o resultado parece pequeno. Mas, em jeito de moral, eu queria acabar com uma história que li algures:

Duas pessoas passeiam numa praia coberta de estrelas-do-mar que a maré lançou para a areia. Uma delas pega numa estrela-do-mar e atira-a novamente para a água. A outra pergunta: «Para que estás a perder tempo com isso, há aqui milhões de estrelas-do-mar, que é que isso adianta?» A primeira responde: «Para esta, adiantou.»

